

CONCLUSÕES DO WEBINAR “POBREZA NA INFÂNCIA - QUE POLÍTICAS E ESTRATÉGIAS PARA GARANTIR OS DIREITOS E O BEM-ESTAR DAS CRIANÇAS?”¹

Políticas de prevenção e combate à pobreza infantil

Manuel Sarmiento, Universidade do Minho [1]

Para a viabilização de um combate integrado de luta contra a pobreza infantil, importa atender a algumas propostas. Desde logo, urge referir a ideia fundamental de que a pobreza das crianças é genericamente a pobreza dos pais ou dos tutores legais e, portanto, existem enquadramentos familiares. A pobreza e vulnerabilidade dos familiares reflete-se na pobreza das crianças. No que concerne o indicador da pobreza monetária, destacam-se com maiores taxas as famílias monoparentais (sobretudo maternas), as famílias numerosas e, também, as famílias onde pelo menos um dos progenitores está desempregado. Quando existem dois progenitores em situação de desemprego, a pobreza infantil torna-se pobreza extrema. Há uma percentagem muito significativa de crianças que estão nestas circunstâncias. Portanto, o combate à erradicação da pobreza não pode deixar de estar inserido no âmbito genérico do combate à pobreza. Este combate implica medidas estruturais relacionadas com o modelo económico, a desigualdade social, a existência de um número muito significativo de pessoas que estão excluídas da sociedade sem vínculo de trabalho ou com vínculo de trabalho sem remuneração suficiente para as necessidades. Combater a pobreza implica intervir no modelo económico que gere a pobreza. Apesar do aumento da riqueza, o país não tem conseguido retirar da pobreza um conjunto significativo da população.

Importa acrescentar que há crianças que estão fora do contexto familiar e que são também crianças pobres, muitas delas em situação de acolhimento residencial em Portugal. São crianças refugiadas e migrantes cuja intervenção necessita de ser específica, considerando as suas necessidades. Portanto, o combate à pobreza infantil, além das crianças inseridas em famílias, tem de considerar também todas estas crianças sem famílias ou sem vínculo com as famílias biológicas ou numa outra situação particular neste domínio. Além disso, importa perceber que as crianças precisam dos adultos para crescerem, desenvolverem-se e fazer a sua vida permanente. O facto do vínculo ao trabalho dar-se pelos 16 ou 18 anos leva a que seja necessário construir políticas focadas especificamente neste grupo etário.

Combater a pobreza infantil tem de implicar o combate à pobreza de forma geral. Mas, também não faz sentido pensar que não há necessidade de intervir significativamente em torno das crianças, em particular das crianças pobres, com políticas que sejam efetivamente multidimensionais e orientadas para as suas necessidades específicas. Estas políticas são, por um lado, políticas estruturais e portanto estão articuladas com as consequências da pobreza do ponto de vista mais grave para as crianças (educação, saúde, alimentação, habitação) e, por outro lado, políticas que se relacionam com outros aspetos mais gerais de vida em sociedade (trabalho, família, políticas urbanas, políticas fiscais). Estas políticas não podem desconsiderar a dimensão assistencial, no sentido de intervenção capaz de fazer com que as crianças que estejam em famílias pobres não deixem de usufruir dos direitos, aquilo que fundamentalmente se designa na Convenção dos Direitos da Criança de direitos sociais, portanto respeitantes à alimentação, à habitação, à saúde e à educação. E que esta intervenção junto das crianças tenha a possibilidade de quebrar ciclos de pobreza, de gerar condições para que as crianças no seu desenvolvimento possam ter um ingresso na sociedade, estabelecer laços sociais que permitam a sua cidadania plena. Estas políticas de integração das crianças pobres com esta dimensão estruturante, que garantam os direitos das crianças e elementos da família de provisão dos direitos sociais, são políticas que não vão ter provavelmente resultados na redução das taxas de pobreza, tal como são

¹ Realizado a 2021/10/22.

calculadas atualmente em termos estatísticos, mas são fundamentais para a vida e quotidiano das crianças.

Existem seis medidas fundamentais muito articuladas com a *Estratégia Nacional de Combate à Pobreza 2021-2030*, a *Garantia para a Infância*² e a *Estratégia Nacional para os Direitos da Criança 2021-2024*.

(1) A prioridade absoluta à educação em creche (0-3 anos) que deve ser de qualidade de modo às crianças serem estimuladas no seu desenvolvimento social, cognitivo, psicomotor, emocional, etc.. Explicitando, uma educação pública em creche com uma educação interclassista, ou seja um sistema de educação predominantemente para todos e para todas. A educação interclassista tem a vantagem de sociabilidade a prazo que é absolutamente fundamental. Todas as crianças têm essa vantagem e permite uma base cultural comum que permite uma sociedade coesa. A educação em creche tem, por um lado, uma componente educativa e, por outro lado, uma componente de cuidado. Em Portugal, não há creches públicas. Todas são promovidas por entidades particulares com ou sem fins lucrativos. A maior parte das crianças (84%) estão em creches de IPSS que têm acordos de cooperação com o Estado. A criação de uma rede pública de creches, que pode ser promovida pelos municípios, é uma medida absolutamente prioritária porque apenas 48% das crianças em Portugal frequentam creche. As médias de Portugal estão ligeiramente acima das médias registadas nos países da OCDE e da UE. Em muitos países do Norte da Europa e da Escandinávia existem medidas estatais designadamente licenças de maternidade e de paternidade prolongadas e dispositivos de apoio às famílias para que estas fiquem e cuidem das crianças nos primeiros anos de vida, inclusive até aos 3 anos. Estas posições relativas são comparativamente enganadoras. Na verdade, havendo muitas crianças que estão por opção em contexto familiar, muitas outras não estão por opção mas porque não têm vaga em creche, o que faz proliferar sobretudo nas áreas urbanas, nos bairros populares e no interior do nosso país, a necessidade das famílias recorrerem a outras estratégias de cuidado às crianças para conciliar a vida familiar e a vida no trabalho, tais como o recurso a amas e outros dispositivos de cuidados informais. No que respeita a obrigatoriedade da educação dos 3 aos 6 anos, a educação pré-escolar não parece ser uma realidade indispensável e necessária porque em Portugal 99,9% das crianças com 5 anos, 96,6% com 4 anos e 82,6% com 3 anos frequentam a educação pré-escolar (dados de 2019). Globalmente, apenas 7% das crianças não frequentam o pré-escolar.

(2) São necessárias políticas de família que sejam capazes de comportar as necessidades destas, portanto políticas que permitam o acesso no âmbito da redistribuição social e económica às famílias para cuidar das suas crianças (ex. abono de família). Estas políticas de família foram-se dissolvendo ao longo do período democrático, mas atualmente parece existir uma maior preocupação em conceber estas políticas. Estas deveriam considerar a ideia de gestor social de família que estaria alocado à segurança social, ou seja uma pessoa a quem as famílias pudessem se dirigir relativamente às medidas do Estado Social, fosse no âmbito dos apoios, medidas (RSI, subsidio de desemprego, etc.) ou no sentido de resposta específica a problemas das responsabilidades parentais ou de apoio social mais genérico. Ter vários interlocutores dificulta a intervenção. O gestor assume uma intervenção integrada, diagnostica e identifica soluções para os problemas nas diversas dimensões.

(3) São necessárias respostas de proximidade e perceber quais as áreas geográficas mais marcadas por fatores de exclusão e pobreza. São necessárias intervenções junto destes territórios marcados pela pobreza, através de respostas integradas e de equipas multidisciplinares capazes de fazer o diagnóstico e a planificação das intervenções com as populações³. É cada vez mais importante atender à conceção da territorialização da intervenção que mobilize as populações locais e que se afigure como uma resposta de proximidade. A pandemia mostrou a importância deste tipo de respostas que devem ser integradas nas políticas municipais.

² Terá como condição imediata garantir a aplicação das medidas que foram anunciadas relativamente ao abono de família e de apoio a crianças em situação de maior vulnerabilidade.

³ Existem alguns programas, tais como o Programa Bairros Saudáveis e o Programa Escolhas, mas as respostas são ainda insuficientes.

(4) A absoluta atenção que tem de ser dada à saúde mental. A pobreza está extremamente associada a fenómenos depressivos. A pandemia também mostrou a intensificação de situações deste tipo. Isso tem associação com a violência nas crianças. Durante a pandemia, o número de situações de violência doméstica reduziu porque faltaram os sinalizadores (ex. escolas fechadas). Depois da reabertura das escolas, houve uma explosão nesta matéria com crescimento de casos de crianças em situação de violência doméstica. O desemprego e a pobreza geram fatores favoráveis à violência no seio familiar. A intervenção na saúde mental é fundamental junto das crianças e suas famílias. Por exemplo, 25% das crianças em Guimarães foram diagnosticadas com problemas mais ou menos agudos de saúde mental no período pandémico.

(5) Existem grupos particularmente vulneráveis como as crianças ciganas, africanas, euroafricanas, eslavas e migrantes. São necessárias políticas que contemplem estes grupos da população no sentido de atender às suas necessidades e às suas bases culturais e religiosas, que sejam diversificadas, coerentes e capazes de garantir o acesso aos direitos. Os grupos étnicos e culturais têm um peso significativo na pobreza e exclusão.

(6) A participação infantil é absolutamente fundamental. As crianças têm ideia sobre a sua condição de vida. Alguns estudos, realizados pela ProChild CoLAB, mostram uma grande vontade de participação por parte das crianças. Estes estudos denotam também que, normalmente, as crianças pobres não se reconhecem como pobres. São sempre capazes de identificar outras crianças mais pobres do que elas próprias e são também capazes de propostas de ações solidárias junto destas crianças que consideram mais pobres e junto das crianças em geral. Portanto, a voz das crianças é mobilizável para a definição das políticas públicas e para as respostas de proximidade.

Em síntese, são necessárias, por um lado, políticas capazes de garantir uma intervenção transformadora dos fatores de desigualdade, políticas redistributivas e multidimensionais (seg. social, emprego, fiscais, etc.) e, por outro lado, políticas de proximidade integradas e participadas, capazes de articular todos os recursos e serviços para apoiar as crianças em situação de pobreza.

Porque é importante combater a pobreza infantil, e como fazê-lo **Fernando Diogo, Universidade dos Açores [2]**

A pobreza infantil assume centralidade enquanto tema, mas nem tanto em termos de agenda política e mediática. Segundo uma análise provisória de dados quantitativos sobre a pobreza, a taxa (de risco) de pobreza em 2020 terá diminuído um por cento relativamente ao ano anterior. Ora, isso deve-se apenas a forma de cálculo da taxa de pobreza que depende da mediana do rendimento. Como esta desceu em 2020, pessoas que em 2019 eram consideradas pobres, com o mesmo rendimento em 2020 deixam de ser consideradas pobres. Isso aconteceu na crise 2008-2014. Por isso, o INE e o Eurostat calculam as taxas de risco ancoradas (no tempo) de modo a obterem uma real leitura da pobreza.

Em 2018, a taxa de pobreza em Portugal (17,2%) é superior à taxa da zona Euro (16,4%). Entre os países do Sul da Europa é a mais baixa. Por exemplo, em Espanha a taxa de pobreza é de 20,7%. As taxas são relativas aos ordenados e em Espanha estes são mais elevados do que em Portugal. Em Espanha, o nível de vida também é mais elevado. Na Alemanha a taxa de pobreza é de 14,8%.

A pobreza infantil refere-se a faixa etária dos 0 aos 17 anos. Em 2019, a taxa de pobreza infantil (19,1%) regista um valor superior à taxa global de pobreza em Portugal (16,2%). A taxa de pobreza nos idosos é de 16,2%. A taxa de pobreza em agregados domésticos sem crianças dependentes é de 15,4% e de 17% nas famílias com crianças dependentes ou seja superior à taxa

geral de pobreza. Além disso, 25,5% das famílias monoparentais (80% destas são maternas) vivem em situação de pobreza.

No Estudo *A Pobreza em Portugal: Trajetos e Quotidianos* (Diogo, F. et al., 2021) são identificadas categorias que registam maior probabilidade de taxa de pobreza em relação a sua categoria base. Agregados cuja principal fonte de rendimento é *outras transferências sociais (exceto pensões)* apresentam uma probabilidade 38,6% maior de risco de pobreza quando comparados aos agregados cuja fonte de rendimento é o trabalho. Agregados com dois adultos e três ou mais crianças têm uma probabilidade acrescida de pobreza de 31,3% face às famílias com nenhuma criança. Os indivíduos afetos à agricultura, pescas e florestas têm uma probabilidade maior de 23,5% de risco de pobreza do que os indivíduos cujo rendimento provém de atividades intelectuais e científicas. Os indivíduos desempregados apresentam uma probabilidade de maior risco de pobreza em 19,9% face aos empregados. Os outros inativos apresentam um risco maior de 18,9% face aos empregados. E, os trabalhadores não qualificados de 15,4% em relação aos empregados.

Na tabela é possível observar a taxa de risco de pobreza por tipo de agregado familiar em Portugal (2019).

Taxa de risco de pobreza por tipo de agregado, 2019, Portugal

Total		16,2
Agregados domésticos privados sem crianças dependentes	Total	15,4
	Um adulto	24,1
	Dois adultos, ambos com menos de 65 anos	17,1
	Dois adultos, pelo menos um com 65 ou mais anos	16,4
	Outros agregados sem crianças dependentes	9,5
Agregados domésticos privados com crianças dependentes	Total	17,0
	Um adulto e pelo menos uma criança dependente	25,5
	Dois adultos e uma criança dependente	12,3
	Dois adultos e duas crianças dependentes	13,5
	Dois adultos e três ou mais crianças dependentes	39,8
Outros agregados com crianças dependentes	17,6	

Fonte: Pordata, INE, inquérito às condições de vida e rendimento, 2019

Segundo os dados, a existência de crianças no agregado familiar aumenta o risco de pobreza. As famílias que registam maior risco de pobreza são as numerosas (39,8%) e as monoparentais (25,5%). É importante perceber que a pobreza em Portugal atinge principalmente as crianças e estes dois tipos de famílias. As transferências do Estado são muito importantes para a redução da pobreza. Antes de qualquer transferência social, a taxa de pobreza em 2019 seria de 42,4%. Após as transferências, a taxa reduz para 16,2%. No entanto, esta redução é feita sobretudo por via das pensões de reforma. Na faixa etária dos “65+” a redução da pobreza, após transferências sociais (dados de 2018), é de 71,5%, enquanto na faixa etária “menos de 18 anos” é de apenas 9,9%, e na faixa etária dos 18-64 anos é de 14,5%. Isto significa que em Portugal as transferências sociais do Estado dirigem-se essencialmente para os mais velhos e tendem a ignorar bastante os mais novos e isso tem consequências nos níveis de pobreza que o país regista, em particular na pobreza infantil.

De que forma o Estado se pode organizar para fazer um combate efetivo à pobreza infantil, de um ponto de vista macrossocial (grandes políticas)? Uma das respostas que estava em falta, há muito tempo, é a Estratégia Nacional de Combate à Pobreza⁴. O primeiro eixo estratégico concerne a

⁴ Esteve em consulta pública até 2021-10-25.

redução da pobreza nas crianças e jovens e suas famílias, o que demonstra o reconhecimento político da prioridade ao combate à pobreza infantil. Esta Estratégia nacional, ainda em fase embrionária, prevê medidas em várias áreas – educação, saúde, etc. As crianças são pobres no contexto de um agregado familiar e, portanto, para combater a pobreza infantil é necessária uma intervenção em dois sentidos: (1) um certo centramento nas crianças e minimização dos impactos da pobreza nestas, com vista a saírem da situação de pobreza; (2) intervenção nas famílias onde estão inseridas as crianças em situação de pobreza, em especial nas famílias mais vulneráveis.

É importante afetar os recursos aos problemas mais agudos sobre os quais é possível intervir com melhores resultados. Isso traduz-se numa identificação muito concreta de problemas e da territorialização dos mesmos. É necessário identificar os locais onde existe maior concentração de pobreza, onde os problemas são mais agudos e priorizar a intervenção nestes locais (princípio da territorialização). O estudo, anteriormente referido, evidencia a dimensão da saúde como sendo muito relevante na intervenção para a infância. Outra questão refere-se a entrada da criança no mundo paraescolar (ou seja dos 0 aos 6 anos – escolaridade não obrigatória). Esta dimensão é muito importante. Prevê-se generalizar a frequência do pré-escolar a todas as crianças. No entanto, deve ser dada prioridade às crianças em situação de grande vulnerabilidade porque quanto mais precoce for o ingresso na rede paraescolar, maior serão os benefícios ao longo de todo o percurso escolar da criança e maior será a probabilidade desses indivíduos conseguirem romper com situações de transmissão intergeracional da pobreza. Após a definição da Estratégia Nacional de Combate à Pobreza, será necessário definir um plano de ação com metas, indicadores, responsáveis, calendarização e orçamento. É importante reduzir substancialmente a pobreza nas crianças à semelhança do que fez com os idosos.

Primeiros Passos, Infância Saudável, Vida Feliz

Manuela Costa Neves, SC Misericórdia de VN de Gaia [3]

O Primeiros Passos, Infância Saudável, Vida Feliz é um projeto de combate à pobreza infantil promovido pela Santa Casa da Misericórdia de Vila Nova de Gaia. Por se tratar de uma intervenção diferenciadora e pioneira no concelho, mereceu o Prémio BPI “La Caixa” Infância 2020. O projeto nasceu da identificação de um problema social grave e negligenciado. Em VN de Gaia, dos 299 879 habitantes, cerca de 4600 são crianças até aos 2 anos e uma parte nasce em pobreza e/ou situação de risco. A Carta de Risco Social de VN de Gaia evidencia a parentalidade de risco, integrada na pobreza e exclusão social grave (PDS 2017-2020). Mais de 7000 famílias são beneficiárias de RSI, num total de 16 440 pessoas, sendo que das 2015 famílias acompanhadas, 166 têm crianças até aos 2 anos. Existem 1795 processos de crianças nas duas Comissões de Proteção de Crianças e Jovens, dos quais 210 de crianças até aos 2 anos – sendo a negligência a maior problemática.

As organizações de apoio à infância (OMS, UNICEF, EUROCHILD, ONU) alertam para as consequências de as crianças nascerem e viverem na pobreza: saúde física e mental débil, percursos de insucesso escolar, contactos precoces com a justiça, dificuldades de integração no mercado de trabalho comprometendo futuros saudáveis e felizes. Logo, intervir nos primeiros anos de vida passou a ser uma prioridade nas recomendações das organizações de apoio à infância que apelam a uma maior atenção à intervenção e desenvolvimento precoce. A criação do projeto tem na sua base o facto de a desigualdade à nascença comprometer o bem-estar e os direitos da criança. O projeto tem como missão prevenir a vulnerabilidade na primeira infância (dos 0 aos 24 meses). Para tal, constitui-se como uma *one-stop-shop* onde a criança e a família podem aceder a um conjunto de apoios e ações integradas. Tem uma proposta de intervenção que congrega, num espaço em VN de Gaia, um conjunto de apoios e ações integradas dirigidas às crianças e suas famílias. O projeto permite assegurar bens essenciais à criança, co-construir projetos de vida, desenvolver competências (de pais, alicerçada em processos de intervenção parentais, sociais e

profissionais), cooperar de forma institucional para potenciar uma rede colaborativa de apoio às crianças, tendo em vista a criação de uma estratégia local de combate à pobreza infantil.

O processo de intervenção tem várias etapas: (1) diagnosticar para melhor intervir (ficha processual, ficha de avaliação de conhecimento do desenvolvimento infantil); (2) co-construção do plano Individual (plano individual, domínios do bem-estar infantil); (3) Mediação do cumprimento de metas e dos indicadores estabelecidos (grelhas de monitorização, relatório do PI, Escala “Ser pai, ser mãe”, etc.); e (4) Avaliação participativa da intervenção e dos resultados (envolve a equipa, pais e parceiros: questionário de satisfação, entrevistas, testemunhos). O plano individual de intervenção contempla os domínios de integração familiar (rede de suporte de apoio, sentimentos de competência parental fortalecidos, reforço da responsabilidade adequada, etc.), material (acesso a prestações sociais, autoconhecimento, aumento da escolaridade e qualificações profissionais, procura ativa de emprego, etc.), saúde e bem-estar subjetivo (saúde da criança e da família, introdução à alimentação infantil, capacidade de expressão e regulação das emoções) e habitação (melhoria das condições habitacionais e do conforto para a criança, apoio no acesso à habitação).

As crianças dos 0 aos 24 meses e suas mães são as beneficiárias diretas do projeto. Na maioria, as mães possuem idades compreendidas entre os 21 e 35 anos, estão desempregadas, possuem o 9º Ano de escolaridade, são beneficiárias de RSI e apresentam fragilidade emocional. A maioria das famílias é monoparental ou nuclear com filhos. À privação material associam-se outras vulnerabilidades. Em termos de resultados, 97% das crianças apresentam um desenvolvimento positivo do ponto de vista físico, cognitivo e emocional, pais estão integrados no mercado de trabalho e em ações de aumento da escolaridade, verifica-se melhoria na organização e segurança da casa para receber a criança, entre outros. No futuro próximo, a equipa do projeto pretende realizar uma avaliação do impacto da intervenção, criar o observatório da Primeira Infância Vulnerável municipal, articular com outras intervenções de referência (parentalidade) e institucionalizar a intervenção pós cofinanciamento BPI “la Caixa”.

Family First - Home Sessions

Tiago Borges, Centro Juvenil de S. José [4]

O projeto *Family First - Home Sessions* é uma iniciativa de inovação e empreendedorismo social, financiada pelo programa Parcerias para o Impacto da iniciativa Portugal Inovação Social que visa promover o empreendedorismo e a inovação social como forma de gerar novas respostas para combater os problemas sociais. O projeto destina-se a acompanhar famílias com crianças e jovens em risco psicossocial do concelho de Guimarães, sinalizados pelas instituições que integram a Rede Social do município, com o objetivo de promover competências pessoais, sociais, parentais e familiares de uma forma diferenciada e inovadora. Tem como finalidade fomentar o papel ativo das famílias, numa perspetiva de colaboração mútua, na estruturação do seu percurso, permitindo-lhes a consciencialização das suas potencialidades e dos seus desafios, bem como, a apropriação de estratégias que promovam uma parentalidade positiva. Tem a duração de 36 meses (jan. 2020-dez.2022). Durante a sua execução, estima-se que sejam abrangidas 50 famílias, cerca de 200 pessoas. De forma participativa, o projeto privilegia uma intervenção junto ao meio natural de vida das famílias, ajudando-as nas suas especificidades.

Espera-se que o projeto atinga um impacto respeitante ao número de famílias com crianças e jovens em risco psicossocial que apresentam, traduzida numa melhoria de 50% no ganho de competências pessoais, familiares e sociais que promovam uma parentalidade positiva e a sua autonomização. Para medir a avaliação de impacto é necessário realizar um pré-teste e um pós-teste, com recurso a diversos instrumentos, tais como o Questionário de Capacidades e de Dificuldades: SDQ (Fleitlich, Loureiro, Fonseca & Gaspar, 2005), o Questionário de Dimensões e Estilos Parentais: QDEP (Carapito, Pedro & Ribeiro, 2007), a Escala de Sentido de Competência

Parental: PSOC (Seabra-Santos et al., 2015) e o *Alabama Parenting Questionnaire Parent Form*: APQ (Nogueira et al., 2019), entre outros.

O projeto criou um espaço encenado à semelhança de uma habitação onde as famílias são convidadas a representar várias situações-problema do seu quotidiano. Neste espaço é proposto um conjunto de atividades que lhes possibilitam a apropriação de estratégias, promovem a parentalidade positiva. Em termos de funcionamento, trata-se de um programa de educação parental. Os grupos são constituídos por uma família. Os horários são flexíveis. As sessões têm uma frequência semanal. O programa tem 20 sessões, no entanto o número de sessões para cada família é definido em função das reais necessidades das famílias. Depois do encerramento deste programa de parentalidade, são realizadas duas sessões de *follow-up*, uma após 3 meses de execução e outra após 6 meses.

Os conteúdos programáticos incidem na regulação emocional, relacionamento e comunicação interpessoal, resolução de problemas e conflitos, capacidade de tomada de decisão, autonomia de pensamento, supervisão parental e segurança afetiva, funcionamento familiar, empregabilidade e acesso a recursos da comunidade, cidadania e educação cívica, orientação e estabelecimento de regras e limites, entre outros. No momento, existem 31 famílias sinalizadas, 46 atendimentos, 158 sessões e 7 *follow-up* realizados. No que concerne a tipologia das famílias abrangidas: 44% são monoparentais, 40% são nucleares, 10% alargadas, 3% reconstruídas e 3% adotivas. As entidades sinalizadoras das famílias são sobretudo os gabinetes/ equipas de RSI, CPCJ, CAFAP, EMAT. A própria família pode auto propor-se. As necessidades identificadas junto das famílias em termos de competências são, por ordem decrescente, as regras e limites, prestação de cuidados básicos, resolução de problemas e de conflitos, relacionamento e comunicação, gestão financeira, empregabilidade, estimulação da criança/ jovens, etc. A maioria das famílias acumulam várias necessidades que são trabalhadas ao longo do programa de educação parental.

A Escola de Pernas para o Ar

Gabriela Trevisan, ProChild CoLAB [5]

Este projeto insere-se na educação não formal, numa perspetiva que cruza as áreas da educação, sociologia, psicologia, artes, design e arquitetura. A ideia base deste projeto foi trabalhar a partir de um problema localizado territorialmente (escola de Pevidém, em Guimarães), conjuntamente com o poder local (município e juntas de freguesia) para se obter propostas mais estruturais do ponto de vista político nacional. O projeto surgiu numa lógica colaborativa, quando a equipa do ProChild CoLAB estava num processo de conhecimento de Pevidém, através de reuniões, inclusive, com o projeto Porta7-E7G (Programa Escolhas) e com docentes da EB1 Cruzeiro/Gondar. Nestas reuniões, surgiu um conjunto de preocupações, designadamente, a evidência de dificuldades de regulação emocional das crianças, situações relatadas de bullying/ exclusão e necessidade de apoio aos professores titulares. Procurou-se definir um conjunto de estratégias concertadas para combater estas preocupações.

Ficou claro, desde o início, que a intervenção do projeto não iria incidir diretamente nas situações identificadas, mas sim criar uma intervenção global e colaborativa (turma) que permitisse alterações de comportamentos e o desenvolvimento de competências específicas, mobilizar a intervenção não formal e as estratégias que potenciasses diferentes competências sociais nos grupos de crianças: (i) intervenção centrada na expressão plástica; (ii) intervenção centrada no reconhecimento e interação com o espaço; (iii) e intervenção centrada na participação das crianças, no respeito pelas suas perspetivas e vozes. Foram tidas em conta as preocupações éticas (consentimentos informados). O mote para o desenvolvimento da proposta foi: *O que é que eu gostava que a escola fosse?* sob dois pontos de vista: a escola como espaço físico (a criança na relação com os espaços) e a escola como espaço relacional (a criança na relação com os outros). Esta questão foi trabalhada durante todo o ano letivo pelas crianças, na escola.

Os objetivos consistiram em implementar modelos de educação não formal na promoção de competências sociais e pessoais das crianças, através da expressão plástica e da relação com o espaço, refletir sobre diferentes formas de conceção e organização da escola, promover competências pessoais e emocionais nas crianças, promover a voz ativa e atuante da criança no espaço escolar, valorizando-se a sua perspetiva e capacidade de decidir sobre temáticas relevantes e significativas para ela, promover um ambiente participativo na escola, envolvendo crianças, profissionais, famílias, entre outros, reconhecer a escola como espaço físico e relacional e projetar o espaço da escola na perspetiva do bem-estar da criança. Identificaram-se as principais competências pessoais e emocionais que era necessário trabalhar ou reforçar nas crianças: autoestima, autoconfiança, pensamento crítico, capacidade de concretizar ideias, resiliência, autorregulação, motivação, cooperação, empatia e respeito pelo outro. Também se procurou promover competências ao nível do planeamento (comunicar, ouvir, planear) e da criação/execução de ideias (representar, projetar, construir), uma vez que o processo assentou na participação das próprias crianças.

O projeto iniciou a 2 de outubro de 2020 e terminou a 30 de junho de 2021. Foi realizado com crianças do 4º ano. O tempo de ocupação da equipa na escola era às sextas-feiras de manhã, durante o horário letivo. Existiram momentos regulares presenciais da equipa do ProChild CoLAB e momentos à distância em colaboração com a equipa do projeto Porta 7-E7G. Houve articulação com as TIC e avaliação do projeto. Em termos de propostas de atividades, o trabalho começou pela dimensão do “olhar” sobre os espaços da escola, sobretudo os físicos, solicitando às crianças as seguintes atividades: “Guias da escola”, “Quente-frio”, “Projetar para cá da lente”. Num segundo momento passou-se ao registo fotográfico, desenho e maquetes construídas pelas crianças – atividades “Projetar para cá da lente” e “Uma aventura na terra dos direitos”. O terceiro momento incidiu na comunicação – o que comunicar, como comunicar através das atividades “Mostrar a escola de pernas par o ar” e “Fotonovela”.

O processo de avaliação do projeto implicou observação participante e a realização de entrevistas. Através da observação participante, obtiveram-se os seguintes resultados em relação às crianças: motivação e interesse na construção da visão da escola, capacidade de trabalho em equipa, envolvimento das crianças com maiores dificuldades nas atividades realizadas, respeito pelo outro e a aprendizagem de competências de reflexão e argumentação. Em relação aos adultos, observou-se a participação e interesse dos professores titulares nas atividades do projeto.

B!Equal – E8G

Sira Lopes, Cáritas Arquidiocesana de Braga [6]

O projeto *B!Equal – E8G* resulta de uma candidatura da Cáritas Arquidiocesana de Braga ao Programa Escolhas, um programa governamental nacional promovido pela Presidência do Conselho de Ministros e integrado no Alto Comissariado para as Migrações – ACM-IP, cuja missão é promover a inclusão social das crianças e jovens de contextos socioeconómicos vulneráveis, visando a igualdade de oportunidades e o reforço da coesão social. O projeto iniciou a 1 de abril de 2020 e terminará a 31 de dezembro de 2022. Tem como área geográfica de intervenção a Praceta Pe. Sena de Freitas, o Monte de S. Gregório, Ferreiros e zonas envolventes. A Cáritas de Braga é a entidade promotora e gestora e integram o consórcio a Câmara Municipal de Braga, a União de Freguesias de Maximinos, Sé e Cividade, a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Braga, o Instituto Português da Juventude, o Colégio de São Caetano, a Bragahabit EM e o Agrupamento de Escolas de Maximinos.

A candidatura baseou-se num diagnóstico de diversos problemas: pobreza, choque cultural, preconceito com o desconhecido, baixa escolaridade, desemprego, desocupação, dependências de subsídios estatais, atividades ilegais, casamento e parentalidade precoces, não valorização das

aprendizagens escolares (abandono, absentismo e insucesso), entres outros. São beneficiários diretos da intervenção as crianças e jovens, dos 6 aos 25 anos, que estejam numa ou mais das seguintes situações: absentismo escolar, insucesso escolar e/ou abandono escolar precoce, com comportamentos desviantes, detidos em estabelecimentos prisionais, sujeitos a medidas de promoção e de proteção e sejam vítimas de quaisquer formas de violência e/ou discriminação. Os beneficiários indiretos são as crianças, dos 6 aos 25 anos, que não se enquadrem nas características definidas anteriormente, os familiares e/ou tutores legais, os agentes educativos, agentes de autoridade, magistrados, representantes de outras entidades, voluntários entre outros.

O projeto tem como objetivos promover a inclusão social das crianças e jovens de minorias étnicas, descendentes de migrantes e/ou outros em risco de exclusão social, promover a capacitação escolar e profissional destas crianças e jovens e fomentar a cidadania plena e a igualdade de género. Atua através das seguintes medidas do programa Escolhas: Medida I – Educação, Inclusão digital, formação e qualificação – esta medida pretende desenvolver competências pessoais, sociais, escolares e na área das TIC que conduzam ao sucesso escolar e à formação e qualificação profissional; Medida III – Dinamização comunitária, saúde, participação e cidadania – esta medida pretende contribuir para o desenvolvimento de competências de cidadania potenciadoras de crescimento psicossocial, que consolidem a inclusão na comunidade e que contribuam para diminuir os fatores de risco associados. O modo de atuação consiste na articulação direta com a escola e outras entidades locais, mediação de conflitos entre a comunidade e entidades locais e dinamização de atividades em contexto escolar, sede (bairro social) e acampamento.

Criou-se a Comissão Instaladora para a Resolução do Problema Habitacional da Comunidade Cigana no Monte de São Gregório, uma vez que este é o único acampamento cigano na cidade de Braga, no qual as famílias e as crianças vivem em condições de extrema pobreza. Vivem neste acampamento 12 crianças. O projeto realizou também as Comunidades de Práticas com a finalidade de fomentar a aprendizagem e partilha de práticas de intervenção com a comunidade. Neste momento, o projeto conta com 131 participantes, sendo 44 crianças e jovens, com os quais trabalha diariamente e 87 familiares e outros indivíduos. No ano letivo transato, o projeto apoiou os participantes no ensino à distância, dando apoio ao estudo através da *classroom*, entrega de roteiros, frequência de aulas virtuais na sede e apoio aos alunos com atestado médico. No decorrer do projeto foi possível promover a integração de crianças migrantes com as crianças da comunidade cigana. Através de parceria com o IEFP, também foi possível encaminhar 17 adultos para formação de competências básicas (equivalência ao 4º Ano) e 6 adultos para emprego.

EAPN Portugal/ ND.Braga, Nov. 2021

[1] É Professor Associado com Agregação no Instituto de Educação da Universidade do Minho, Braga, Portugal. Doutorado em Estudos da Criança, área de especialização em Estudos Sócio-educativos. Agregação em Sociologia da Infância. Professor Visitante em várias universidades brasileiras e francesas. Membro da Direção do ProChild CoLAB. É o atual diretor do mestrado em Estudos da Criança e foi Diretor do Programa de Doutoramento em Estudos da Criança e do Departamento de Ciências Sociais da Educação da Universidade do Minho. Foi membro do Conselho Nacional da Educação de Portugal (2005-2009). Autor ou coautor de 17 livros e para cima de uma centena de artigos científicos publicados em várias línguas. Diretor da revista *Investigar em Educação*, da Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação. Áreas de investigação mais recentes: infância e políticas públicas; a criança na cidade; pobreza infantil; culturas infantis e interculturalidade; trabalho infantil; educação e estatuto social do aluno. Integra o Fórum Cidadania de Braga: pela Erradicação da Pobreza, da EAPN Portugal.

[2] É Doutorado em Sociologia, Professor Associado com agregação da Universidade dos Açores e investigador do Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais (CICS.NOVA.UAC/CICS.UAc). É, atualmente, dirigente da secção de Pobreza, Exclusão Social e Políticas Sociais da Associação Portuguesa de Sociologia e membro do COLAB sobre CHILD POVERTY da U. do Minho. Na RAA é membro do Conselho Económico e Social e participou ativamente na constituição da estratégia regional de luta contra a pobreza dos Açores. Tem desenvolvido investigação na área da pobreza, da relação com o mercado de trabalho e em questões envolvendo educação e formação, de pobres e de jovens, tendo coordenado o estudo Juventude Açoriana e Mundo do Trabalho. Investiga ainda as questões da pobreza infantil. Coordena o projeto Trajetos e quotidianos de pobreza em Portugal realizado para a Fundação Francisco Manuel dos Santos e é membro da equipa do projeto Pobreza Infantil: conhecer para intervir realizado para a EAPN Portugal/ Rede Europeia Anti-Pobreza.

[3] Responsável pelo Departamento de Empreendedorismo e Inovação Social na Santa Casa da Misericórdia de Vila Nova de Gaia.

[4] Doutorando em Psicologia Clínica e Licenciado em Psicologia pela Universidade da Maia (ISMAI). Pós-graduado em Gestão da Qualidade das Respostas Sociais pela Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto, e Master of Business Administration (MBA) em Direção Técnica e de Serviços nas Organizações Sociais pelo ISCAC - Coimbra Business School. Reconhecido pela Ordem dos Psicólogos Portugueses como Especialista em Psicologia do Trabalho, Social e das Organizações, e com especialidade avançada em Psicologia da Justiça, detém experiência como Psicólogo em diversos contextos de intervenção (social e clínica), Formador e Mediador de Cursos de Educação e Formação de Adultos, e exerceu cargos de Direção Técnica em respostas sociais com crianças e jovens em situação de perigo. É Orientador de estágios académicos em várias Universidades do País e de estágios profissionais de acesso à Ordem dos Psicólogos Portugueses. Orador em congressos e seminários nacionais e internacionais. Paralelamente desempenhou funções de Investigador voluntário no GIHA - Grupo de Investigação e Intervenção em Acolhimento e Adoção, na Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto. Atualmente exerce o cargo de Diretor Executivo do Centro Juvenil de S. José.

[5] É licenciada em Sociologia das Organizações, pela Universidade do Minho. Trabalhou como animadora sócio-cultural na Fundação para o Desenvolvimento do Vale de Campanhã, Porto (1998-2001). Foi Professora Adjunta na Escola Superior de Educação de Paula Frassinetti (2001-2019). É Mestre em Sociologia da Infância (Instituto de Estudos da Criança, Universidade do Minho) e Doutorada em Estudos da Criança, especialidade Sociologia da Infância, no âmbito da cidadania e participação infantil. Participa em diferentes redes profissionais da área da sociologia da Infância e é coordenadora da Secção Temática Sociologia da Infância, da Associação Portuguesa de Sociologia desde dezembro de 2018. É, atualmente, investigadora do ProChild CoLAB, em Guimarães. As áreas de investigação incluem a sociologia da Infância, os direitos das crianças, as políticas públicas para a infância, a intervenção comunitária, o trabalho socioeducativo com crianças e jovens e famílias.

[6] Técnica Superior de Educação Social licenciada pelo Instituto Politécnico de Bragança. Completou a sua formação com Especialização em Igualdade de Género, Mediação Familiar e Formação Pedagógica Inicial de Formadores. Trabalhou na Casa de Acolhimento – Centro Juvenil de S. José (2013-2019), pertenceu a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Guimarães (2015-2017). Trabalhou no Projeto Escolhas 7º Geração “B!Equal - E7G” (2020) da Cáritas Arquidiocesana de Braga, onde atualmente exerce função Coordenadora, no Projeto escolhas 8º Geração “B!Equal - E8G”.